

**HABEAS CORPUS Nº 502.573 - SP (2019/0095875-2)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADRIANO LINO MENDONCA - MG120023**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : BRUNO CESAR TRINDADE**  
**OUTRO NOME : BRUNO CESAR TRINDADE DE ORNELAS (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de **BRUNO CESAR TRINDADE ou BRUNO CESAR TRINDADE DE ORNELAS**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se da inicial que o paciente foi condenado à pena privativa de liberdade de 01 (um) ano de detenção, em regime inicialmente semiaberto. O cumprimento desta pena foi iniciado em 18/04/2018 e o paciente recebeu o livramento condicional em 09/11/2018. Todavia, apenas por o oficial de Justiça ter certificado que não conseguiu intimar o paciente, o d. Juízo da Execução impôs o regime fechado.

Irresignada, a Defesa impetrou **habeas corpus** na origem, o qual teve a sua ordem denegada, em v. acórdão assim ementado (fls. 79-84):

*"Habeas Corpus - Execução Penal - Insurgência contra a decisão que determinou a suspensão do curso do livramento condicional e a regressão cautelar ao regime fechado - Incidentes que desafiam recurso específico, nos termos do artigo 197 da LEP - Medida que se insere, isso nada obstante, no poder geral de cautela do juiz - Constrangimento ilegal não caracterizado - Ordem não conhecida."*

Daí o presente **writ**, no qual a Defesa, em apertada síntese, sustenta que o paciente não se encontrava evadido, uma vez que cumpria sua pena de forma exemplar e apenas não foi encontrado pelo oficial de justiça

porque procurava emprego e estudava para concurso.

Requer, inclusive LIMINARMENTE, a concessão da ordem para *"DEFERIR a medida acauteladora, porquanto demonstrado o fumus boni iuris e o periculum in mora e, depois de prestadas as informações pela autoridade apontada como coatora, bem assim do parecer do douto Ministério Público Federal, seja definitivamente concedida a ordem para: [...] CASSAR a decisão monocrática, para que o paciente possa responder à acusação da prática de falta grave em liberdade, garantindo a ele o direito de apresentar suas justificativas, com assistência da defesa técnica"* (fl. 8).

É o relatório.

**Decido.**

Mesmo nesta análise preliminar, perfunctória, própria dos pedidos liminares, não se verifica o **fumus boni iuris**.

A simples juntada dos documentos de requerimento de declaração e de editais de concurso (fls. 88-100) não comprovam a dedicação do paciente aos estudos ou ao trabalho. Isso porque pesa contra ele, à fl. 40, a certidão da lavra do oficial de justiça que, embora tenha se dedicado com afinco à intimação do paciente, não logrou êxito, mesmo quando marcou hora e dia com o próprio intimando por via telefônica.

**In verbis:**

*"CERTIFICO e dou fé que, em cumprimento ao presente mandado de nº 037.2019/000127-0, realizei diligências à Rua Branca de Luca Barreto, 108, Yolanda Ópice, nos dias 14/01, 18/01, 23/01, 27/01, 04/02, 05/02 e 06/02, em horários distintos, sempre encontrando a casa fechada, com cadeado para o lado de fora do portão, e não sendo atendido. Nas diligências realizadas nos dias 18/01 e 04/02 deixei recados com meu número celular anotado na caixa de correspondência do imóvel e, no dia 05/02, fixei um recado igual no cadeado do portão. No dia 07/02, por volta das 08:10, o executado fez contato com este Oficial através do celular (16) 99754-0490. Após dar-lhe ciência do inteiro teor do presente mandado, o executado declarou que estaria em casa às 18:30 daquele mesmo dia, quando então aguardaria por este Oficial para ser intimado. Às 18:30 do mesmo dia 07/02, diligenciei novamente ao endereço, mais uma vez não sendo atendido, dessa vez encontrando o portão*

*fechado mas sem o cadeado. Liguei diversas vezes para o número celular do executado, não logrando ser atendido. Aguardei no local até as 19:00, batendo no portão e chamando pelo nome do executado várias vezes nesse intervalo, porém não fui atendido. Em vista do relatado, e uma vez que não há mais prazo disponível para novas diligências, devolvo este mandado em cartório SEM REALIZAR A INTIMAÇÃO de BRUNO CÉSAR TRINDADE DE ORNELAS, para as devidas providências."*

Por outro lado, verifica-se que o **pedido liminar, como um todo, tem caráter eminentemente satisfativo**, devendo ser analisado após a devida instrução do feito.

Nesse sentido:

*"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. EXCEPCIONALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESCABIMENTO DO RECURSO.*

*[...]*

*2. Não se verifica excepcionalidade quando a tutela de urgência não é concedida em razão da satisfatividade da medida e da ausência, de plano, de demonstração da ilegalidade manifesta, pairando sobre a agravante a acusação de integrar organização criminosa interestadual, voltada à narcotraficância.*

*3. Recurso não conhecido." (AgRg no HC 348.622/DF, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 28/03/2016)*

*"PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. LIMINAR. NÃO CABIMENTO. AFASTAMENTO DA REINCIDÊNCIA. PRETENSÃO SATISFATIVA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*[...]*

*2. Ademais, o afastamento da reincidência reconhecida pelas instâncias ordinárias constitui pretensão claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento do mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.*

*3. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, do qual não se conhece." (RCD no HC 407.179/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 09/10/2017)*

Forte nessas razões, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, com urgência e via telegrama, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora e ao Juízo de 1º Grau.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer  
Relator

